



PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE DIREITO DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO EDITAL
01/2022

DISPOSIÇÕES INICIAIS

O **PROCURADOR GERAL DO ESTADO**, no uso das suas atribuições, torna pública por meio deste, a abertura da **SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS** do **CURSO DE DIREITO** da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, nos termos deste Edital e do Regimento Especial aprovado pela **Resolução n.º 6, de 27 de outubro de 2017**, do **Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco**, para ocupar vagas em estágio remunerado, nos seguintes termos:

1. DO PROCESSO SELETIVO

1.1 A presente seleção pública destina-se à seleção de estagiários de Cursos de Direito para formação de cadastro de reserva. Os aprovados que vierem a ser convocados, serão engajados no programa de estágio por um período inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, para os quantitativos descritos no Anexo I, observado o percentual de vagas destinadas as pessoas com deficiência (PcD), conforme subitem 3 deste edital, e vagas destinadas para alunos egressos do ensino médio em escolas públicas do Estado de Pernambuco.

1.2 A organização e a realização do processo seletivo serão de responsabilidade do INSTITUTO AVALIA, com sede na Avenida Carneiro Leão, nº 563 – Sala 510 - Centro Empresarial Le Monde - Zona 01, CEP 87014-010, Maringá/PR, endereço eletrônico www.avalia.org.br e correio eletrônico candidato@avalia.org.br, nos termos do Contrato celebrado com a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO e com o apoio do Centro de Estudos Jurídicos da PGE.

Parágrafo Único: A Procuradoria Geral do Estado, de acordo com a conveniência de organização dos serviços do órgão, reservará, do total de estagiários convocados, 20 (vinte) vagas para destinação aos estudantes do curso de Direito em instituição de ensino superior que sejam egressos do ensino médio de escolas públicas do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 6º § 4º, da Resolução nº 06/2017, assegurando-se vagas nas cidades de Recife, Caruaru, Arcoverde e Petrolina, no estado de Pernambuco, desde que



haja candidatos aprovados que atendam a condição referida e que tenham feito opção pelas respectivas localidades.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 A inscrição do candidato, para os fins deste Processo de Seleção Pública, implicará aceitação irrestrita e cumprimento obrigatório de todas as exigências e condições estabelecidas neste Edital e nos demais comunicados a serem publicados oportunamente pelo INSTITUTO AVALIA, das quais não poderá alegar desconhecimento, assumindo inteira responsabilidade pelas informações constantes, sob as penas da lei.

2.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, através do endereço eletrônico www.avalia.org.br, nos dias e horários previstos no **Anexo II** deste Edital.

Parágrafo Único: Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato, sendo permitida apenas uma inscrição por candidato.

2.3 Concluído o preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet, o candidato deverá imprimir o Boleto de Cobrança Bancário, consignada em favor da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, para pagamento da taxa de inscrição, devendo ser paga em toda rede bancária ou casas lotéricas, no valor de R\$ 40,00.

2.3.1 A efetivação da inscrição será realizada pelo INSTITUTO AVALIA, após o envio da comprovação de pagamento pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, considerando as confirmações encaminhadas pela instituição financeira.

2.3.2 O candidato poderá reimprimir o boleto por meio da página de acompanhamento do concurso até a data limite constante no calendário **Anexo II** deste Edital.

2.3.3 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

2.3.4 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros e para outros concursos.

2.3.5 O candidato deve acompanhar o resultado do deferimento da sua inscrição pelo endereço eletrônico www.avalia.org.br.

2.4 A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o INSTITUTO AVALIA não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

2.5 O candidato efetivará sua inscrição mediante o pagamento da taxa de inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção do respectivo comprovante devidamente autenticado pelo órgão recebedor.



2.6 Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado em valor inferior ao estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o prazo de pagamento, constante no **Anexo II** deste Edital.

2.7 Não será aceito pedido de devolução do valor da inscrição, ainda que superior, em duplicidade, menor do que o estabelecido ou realizado fora do prazo de pagamento, estabelecido no **Anexo II** deste Edital.

2.8 Somente poderá assinar Termo de Compromisso de Estágio com a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o estudante que preencher os seguintes requisitos:

2.8.1 Provar estar regularmente matriculado e cursando 4º (quarto) período ou posterior ou 3º (terceiro) ano ou posterior, se for seriado o regime escolar, em instituição de ensino superior oficial ou devidamente reconhecida;

2.8.2 Não exercer cargo, emprego ou função pública, não estar vinculado a outro programa de estágio em órgão ou entidade pública, empresa ou escritório de advocacia, condição que deverá manter durante o período de estágio;

2.8.3 O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, o conhecimento de que deve preencher as condições exigidas na Resolução nº 06/2017, a serem comprovadas por ocasião da convocação para assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, e que está de acordo com as normas deste Edital.

2.9 Serão isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos comprovadamente hipossuficientes, nos termos da Lei Estadual nº 14.016/10 de 23 de março de 2010 e na Lei 14.538 de 14 de dezembro de 2011, que, no ato da sua inscrição, estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e atenderem os requisitos deste Edital.

2.9.1. Para solicitar, o candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:

a) acessar o endereço eletrônico www.avaliao.org.br, até a data constante no Anexo II, preenchendo corretamente os respectivos campos solicitados;

b) indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição o Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico.

2.9.1.1. O Candidato que proceder ao requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá acompanhar pelo endereço eletrônico www.avaliao.org.br o resultado do deferimento ou indeferimento de suas petições, conforme calendário constante neste Edital Anexo II, devendo o candidato proceder da seguinte forma:

a) Caso seja indeferido, o candidato deverá realizar uma nova inscrição e efetuar o pagamento da taxa de inscrição através do boleto até a data do vencimento, no horário bancário oficial;

b) Caso seja deferida a sua petição, o Candidato estará automaticamente inscrito nesta Seleção.



2.9.1.2. A participação em algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família etc.), assim como eventual obtenção de isenção em outros certames, não garantem ao Candidato, por si só, a isenção da taxa de inscrição.

2.9.1.3. É necessário um prazo mínimo de 45 dias, a partir da data em que foi incluído, para que o número do NIS seja identificado na base do CadÚnico do MDS.

2.9.2. Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.

2.9.3. Não será concedida Isenção da Taxa de Inscrição ao Candidato que:

I. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

II. Fraudar e/ou falsificar documentos;

III. Não observar os prazos e normas estabelecidos no subitem 2.9.1 e calendário (Anexo II) deste Edital;

IV. Informar número de NIS inválido e/ou incorreto, ou que não esteja em nome do candidato;

V. Não apresentar todos os dados solicitados;

VI. Não estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico.

2.9.4. O INSTITUTO AVALIA consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. O referido órgão terá decisão terminativa sobre a concessão ou não do benefício. As informações prestadas no Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, podendo o mesmo responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública.

Parágrafo Único: O resultado das solicitações de isenções será divulgado no endereço eletrônico www.avaliao.org.br, devendo o candidato verificar, conforme calendário do **Anexo II** deste Edital.

2.9.5. Não será permitida a inclusão de informações complementares, bem como a revisão da solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, quando do seu indeferimento.

2.9.6. Não serão aceitas solicitações de isenção da taxa de inscrição por e-mail ou qualquer outro meio que não definido neste Edital.

2.9.7. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.9.8. O candidato que tiver a sua solicitação de isenção da taxa de Inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção no período indicado no Anexo II deste Edital. Os recursos serão protocolados apenas no link de recursos disponibilizado no endereço eletrônico www.avaliao.org.br, onde estará disponível formulário específico.

2.10. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem



como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, a eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após o ingresso do candidato, este será imediatamente desligado do Programa de Estágio da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

2.11. O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, que preenche as condições exigidas e que está de acordo com as normas deste Edital.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

3.1 Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada localidade de estágio e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade da seleção, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência. As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, serão providas na forma do art. 97, inciso VI, alínea “a”, da Constituição do Estado de Pernambuco, alterada pela Emenda Constitucional Estadual nº 40, de 26 de maio de 2016, da Lei Estadual nº 14.538/2011, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

3.2 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 e nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (“O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Parágrafo Único: Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

3.3 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.avaliao.org.br, até a data constante no **Anexo II**, conforme especificado, cumulativamente:

- a) declarar ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição e declarar que deseja concorrer às vagas para candidatos com deficiência;
- b) enviar, via upload, obrigatoriamente, imagem legível (frente e verso) do documento de identidade original ou cópia autenticada;



c) enviar, via upload, obrigatoriamente, (original ou cópia autenticada), Laudo Médico, modelo **Anexo IV** do Edital, ou Laudo Médico Tradicional, de que **conste obrigatoriamente as informações do modelo (Anexo IV)**, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital, contendo ainda assinatura com carimbo e CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a), caso contrário, o laudo não terá validade.

3.3.1 O candidato que não enviar a documentação por meio do link a que se refere o subitem anterior ou que enviar a documentação incompleta ou ilegível (com qualquer informação que possa gerar dúvida em sua leitura ou não possa ser identificada) não terá a solicitação para concorrer na condição de pessoa com deficiência deferida.

3.3.2 A documentação indicada no subitem 3.3 deverá ser enviada em arquivos com extensão “.gif”, “.png”, “.jpg” ou “.pdf” e com tamanho de até 2MB.

3.3.3 A solicitação realizada após o prazo do subitem 3.3 deste edital será indeferida.

3.3.4 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante da alínea “c” do subitem 3.3 deste edital.

3.3.5 Caso seja solicitado pelo INSTITUTO AVALIA, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

3.3.6 O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato. O INSTITUTO AVALIA não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, sejam falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

3.3.7 A concessão de tempo adicional às pessoas com deficiência para a realização das provas, somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato.

3.3.8 O não cumprimento do descrito no subitem 3.3 acarretará automaticamente seu indeferimento.

3.3.9 O candidato que tiver a sua solicitação para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação no período indicado no Anexo II deste Edital. Os recursos serão protocolados apenas no link de recursos disponibilizado no endereço eletrônico www.avalia.org.br, onde estará disponível formulário específico.

Parágrafo Único: Não será permitida a inclusão de informações complementares, quando do seu indeferimento.



3.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do documento de identidade terão validade somente para esta Seleção Pública.

3.5 As pessoas com deficiência participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, dia, horário e local de realização das provas.

3.6 O INSTITUTO AVALIA tomará as providências necessárias ao fácil acesso das eventuais pessoas com deficiência aos locais de realização das provas, mas será dos candidatos nesta situação a responsabilidade de trazer os equipamentos e instrumentos de que dependam para a feitura das provas, mediante prévia solicitação, conforme item 3.3.

Parágrafo Único: A não solicitação de recursos especiais e atendimentos especiais, conforme descrito no item 3.3.7. no prazo constante do calendário no **Anexo II**, implica a sua não concessão no dia de realização das provas.

3.7 Quando convocado através de edital próprio a ser divulgado em data prevista no calendário **Anexo II**, o candidato de que trata o subitem 3.2 deverá submeter-se à perícia médica que reconhecerá ou não a qualificação da pessoa com deficiência.

3.7.1 A perícia médica será promovida pelo Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco - IRH, ou entidade por ele credenciada, que reconhecerá ou não a qualificação do candidato como Pessoa com Deficiência (PcD), bem como a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do Programa de Estágio da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco.

3.7.2 O candidato deverá comparecer à perícia médica, munido de Laudo Médico especificado no subitem 3.3 alínea “c” e do documento especificado no subitem 7.15 deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência física.

3.7.3. Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico (audiometria), em via original ou cópia autenticada em cartório, realizado nos últimos 12 meses.

3.7.4 Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

3.8 A não observância do disposto no subitem 3.7, a reprovação na perícia médica oficial ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga, sendo o candidato eliminado da seleção.

Parágrafo Único: Na hipótese de a avaliação médica concluir pela não compatibilidade da deficiência versus o exercício das atividades, o candidato será excluído da Seleção Pública.



3.9 Durante a validade do aludido processo seletivo, somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nas funções com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

3.10 Caso as vagas reservadas não sejam preenchidas pelas Pessoas com Deficiência, serão elas revertidas ao quadro geral de vagas e preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

3.11 A pessoa com deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não o poderá fazer posteriormente e, em todas as fases do Processo Seletivo, receberá tratamento igual ao previsto para os candidatos não deficientes.

3.12 A não solicitação de recursos especiais e atendimentos especiais, conforme descrito no item 4, no prazo constante do calendário no Anexo II, implica a sua não concessão no dia de realização das provas.

3.13 Aplica-se a situação do subitem 7.21 aos casos de pessoas com deficiência.

4 DO ATENDIMENTO ESPECIAL

4.1. O candidato que necessitar de condição especial para a realização das Provas, pessoa com deficiência ou não, poderá solicitar essa condição, conforme previsto no Decreto Federal nº 3.298/99.

4.1.1. As condições específicas disponíveis para realização da prova são: prova em braile, prova ampliada (fonte 25), fiscal leitor, intérprete de libras, acesso a cadeira de rodas e/ou tempo adicional de até 1 (uma) hora para realização da prova (somente para os candidatos com deficiência). O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, conforme prevê o § 2º do artigo 40 do Decreto no 3.298/99, no prazo estabelecido no **Anexo II** deste Edital.

4.2. Para solicitar condição especial, o candidato deverá:

4.2.1. No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição, quais os recursos especiais necessários;

4.2.2. Caso o candidato necessite de uma condição especial não prevista no Formulário de Solicitação de Inscrição, como uso de objetos, dispositivos ou próteses, deverá requerer através do campo Condições Especiais Extras, disponível no Formulário de Solicitação de Inscrição, descrevendo os recursos especiais necessários para a realização das provas e enviar o Laudo Médico que ateste a(s) condição(ões) especial(is) necessária(s), obedecidos o critério e o prazo previstos no **Anexo II**. A solicitação da condição especial poderá ser atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade;

4.2.3. Enviar, via upload, obrigatoriamente (original ou cópia autenticada), Laudo Médico, modelo **Anexo IV** do Edital, ou Laudo Médico Tradicional de



que constem obrigatoriamente as informações do modelo (Anexo IV), expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital, contendo ainda assinatura com carimbo e CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a), caso contrário, o laudo não terá validade através de link específico disponível na página www.avalia.org.br.

4.2.3.1. O candidato que não enviar a documentação por meio do link a que se refere o subitem anterior, que enviar a documentação incompleta ou ilegível (com qualquer informação que possa gerar dúvida em sua leitura ou não possa ser identificada), não terá a solicitação para concorrer na condição de Atendimento Especial deferida.

4.2.3.2. A documentação indicada no subitem 4.2.3 deverá ser enviada em arquivos com extensão “.gif”, “.png”, “.jpeg” ou “.pdf” e com tamanho de até 2MB.

4.2.3.3. A solicitação realizada após o prazo constante no Anexo II deste edital será indeferida.

4.2.3.4. O candidato deverá manter aos seus cuidados o laudo médico citado no subitem 4.2.3. Caso seja solicitado pelo INSTITUTO AVALIA, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

4.2.3.5. O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato. O INSTITUTO AVALIA não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

4.3 A candidata com necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar essa condição indicando claramente, no Formulário de Solicitação de Inscrição, a opção Amamentando (levar acompanhante).

4.3.1. Enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples), ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste essa necessidade, no período previsto no Anexo II deste Edital, através de link específico disponível na página www.avalia.org.br.

4.3.2. A candidata que necessitar amamentar deverá, ainda, levar um acompanhante maior de idade (ou seja, com no mínimo, 18 anos) que ficará em sala reservada para essa finalidade. O acompanhante ficará responsável pela guarda da criança; contudo, durante a amamentação, o acompanhante deverá se retirar da sala, sendo vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.

4.3.3. Será indispensável acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste.

4.3.4. O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma, ao período total destinado à realização das provas.

4.4 Aplica-se a situação do subitem 7.21 aos casos de Atendimento Especial.



4.5 A solicitação de recursos especiais e atendimentos especiais será atendida observando-se os critérios de viabilidade e razoabilidade.

4.6 A não solicitação de recursos especiais e atendimentos especiais, conforme descrito no item 4, no prazo constante do calendário no **Anexo II**, implica a sua não concessão no dia de realização das provas.

4.7 O INSTITUTO AVALIA poderá utilizar recursos para gravação e registros nas hipóteses dos atendimentos especiais, estando desde já, autorizado pelos candidatos para tal prática, com o objetivo de manter a segurança e lisura do certame.

4.8 A relação das solicitações de Atendimento Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.avalia.org.br, conforme data constante no **Anexo II**.

4.9 O candidato que tiver a sua solicitação de Atendimento Especial, INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação no período indicado no Anexo II deste Edital. Os recursos serão protocolados apenas no link de recursos disponibilizado no endereço eletrônico www.avalia.org.br, onde estará disponível formulário específico.

Parágrafo Único: Não será permitida a inclusão de informações complementares, quando do seu indeferimento.

5 RETIFICAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE INSCRIÇÃO

5.1 O candidato, após efetivação de sua inscrição, poderá retificar os dados apresentados no Formulário de Inscrição, nos limites estabelecidos neste Edital, até o último dia de inscrição.

5.2 Poderão ser retificadas, em consonância com o item 5.1 do Edital, as seguintes informações, apresentadas no Formulário de Inscrição: sexo, estado civil, data de nascimento, número de identidade, órgão expedidor, UF identidade, data da emissão da identidade, e-mail, DDD e telefone fixo, DDD e telefone celular, nome da mãe, se possui algum tipo de deficiência, CEP, logradouro, número, complemento, bairro, cidade, estado, período e instituição de ensino.

5.3 Transcorrido o prazo do subitem 5.1, mesmo sem qualquer manifestação do candidato, todas as informações apresentadas no Formulário de Inscrição serão automática, irrestrita e tacitamente convalidadas, correspondendo à real intenção do candidato, não podendo sofrer alteração.

5.4 Não serão aceitas as retificações das informações que visem à transferência da inscrição para terceiros, ou que pretendam burlar quaisquer normas ou condições previstas neste Edital.



6 DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1 As provas serão realizadas exclusivamente nas cidades de Recife, Caruaru, Arcoverde e Petrolina, no estado de Pernambuco.

6.2 No momento de sua inscrição, o candidato deverá optar por um dos locais descritos no subitem 6.1 para realizar sua prova, independente da opção de Regional ou Sub-Regional escolhida para estágio.

7 DA AVALIAÇÃO

7.1 A prova objetiva será estruturada com questões do tipo múltipla escolha, com cinco opções de resposta ("A" a "E") e uma única resposta.

7.2 O candidato deverá transcrever, dentro do tempo de duração previsto, as respostas da prova para a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na Folha de Respostas. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

7.3 Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com o gabarito oficial, com este Edital e com as instruções da Folha de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

7.4 O processo de seleção de estagiários consistirá na aplicação das avaliações abaixo, obedecendo ao programa disponível no **Anexo III** deste edital.

PROVA/ TIPO	DISCIPLINAS	TOTAL DE QUESTÕES	CARÁTER
Prova Objetiva	Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Financeiro; Direito Tributário; Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito Empresarial; Direito do Trabalho; Direito Processual do Trabalho.	50	Eliminatório e classificatório

7.4.1 A prova objetiva conterà 50 (cinquenta) questões, cada uma valendo 2,00 (dois) pontos, perfazendo um total de 100,00 (cem) pontos.

7.4.1.1 O resultado final da Prova será a quantidade de questões acertadas multiplicado por 2,00 (dois), limitado a 100,0 (cem) pontos.

7.4.1.2 Será desclassificado o candidato que obtiver pontuação inferior a 50 (cinquenta) pontos da prova objetiva.



7.4.2 Em caso de empate terá preferência o candidato que:

- a) O candidato com maior idade, considerando-se os dias, meses e ano (art. 29, da Lei Estadual nº 14.538/2011).
- b) Obter maior número de acertos da prova objetiva de Direito Constitucional;
- c) Obter maior número de acertos da prova objetiva de Direito Processual Civil;
- d) Tiver sido jurado (conforme art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008 - Código de Processo Penal).

Parágrafo Único: Os critérios descritos no subitem 7.4.2 alíneas “a” a “d”, estão ordenados de forma sucessiva e excludente.

7.5 As provas serão realizadas em dia, local e horário informados através do endereço eletrônico www.avaliao.org.br, conforme data prevista no **Anexo II. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.**

Parágrafo Único: As datas previstas no Anexo II podem sofrer modificação, de conformidade com decisão unilateral da Procuradoria Geral do Estado, para atender ao interesse público, por motivos sanitários ou de segurança, não cabendo invocação de qualquer direito por parte dos candidatos inscritos no certame em decorrência da eventual mudança.

7.6 Compete ao candidato acompanhar a divulgação da informação prevista no subitem.

7.7 É vedada qualquer espécie de consulta, bem como o ingresso na sala de prova do candidato portando aparelhos eletrônicos de comunicação.

7.8 As provas terão duração máxima de 3 (três) horas, sendo a permanência mínima de 1 (uma) hora após o seu início.

7.9 Não será permitida a saída do candidato do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas, documento oficial para avaliação.

7.10 O candidato somente poderá levar o Caderno de Provas trinta minutos antes do horário previsto para o término da prova.

7.10.1 Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas.

7.10.2 Os três últimos candidatos, ao terminarem as provas, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de estabelecidas suas respectivas assinaturas.

7.10.3 A regra do subitem anterior poderá ser relativizada quando se tratar de casos excepcionais nos quais haja número reduzido de candidatos acomodados em uma determinada sala de aplicação, como, por exemplo, no caso de candidatos com atendimentos especiais que necessitem de sala em separado para a realização do concurso, oportunidade em que o lacre da



embalagem de segurança será testemunhado pelos membros da equipe de aplicação, juntamente com o(s) candidato(s) presente(s) na sala de aplicação.

7.11 Não será concedido tempo adicional, visando ao preenchimento da Folha de Respostas, sendo recolhido todo material de aplicação no horário previsto para o término da prova.

7.12 O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico www.avalia.org.br.

7.13 Não será admitido o ingresso do candidato, nos locais de realização das provas, após o horário fixado para o fechamento dos portões.

7.14 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento à prova implicará a eliminação automática do candidato na seleção.

7.15 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pela Secretaria de Defesa Social ou órgão equivalente, pelo Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação originais ou expedidas pelo aplicativo gov.br.

Parágrafo Único: Não serão aceitas fotos ou cópias, ainda que autenticadas, dos documentos acima elencados.

7.16 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, além de documentos sem foto e/ou sem assinatura.

Parágrafo Único: Será considerado danificado o documento que contiver mancha, rasura, deterioração ou ilegibilidade em qualquer um de seus dados, tais como: datas, número de registro, fotografia, impressão digital, que são aqui citados apenas de modo exemplificativo e não taxativo.

7.17 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 7.15 deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado da seleção.

7.18 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da Prova Objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta



de impressão digital.

Parágrafo Único: A identificação especial citada acima será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia, assinatura do portador ou qualquer outra que se achar necessária.

7.19 A identificação da Folha de Resposta será feita através do número de inscrição do candidato.

7.20 É terminantemente proibido o acesso de candidatos aos prédios e salas de aplicação das provas portando armas, relógios de qualquer espécie e equipamentos eletrônicos, tais como: telefones celulares, smartphones, tablets, ainda que desligados, agenda eletrônica, notebook, pendrive, máquina fotográfica, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, mp3 player ou similar, protetores auriculares e similares, sob pena de ser retirado da sala e, automaticamente, excluído do processo seletivo, além de ficar submetido às demais medidas cabíveis.

Parágrafo Único: A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o INSTITUTO AVALIA determinam que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no item 7.21 no dia de realização das provas. Os rótulos, destacáveis, dos recipientes que estejam em sua posse, devem ser removidos, antes do acesso ao prédio de aplicação das provas, sob pena de ficar submetido às demais medidas cabíveis.

7.21 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que:

- a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- b) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- c) Durante a realização das provas, comunicar-se com outros candidatos, utilizar máquinas calculadoras e/ou similares, réguas de cálculo, livros, anotações, impressos, que não os permitidos, e/ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a códigos e/ou à legislação;
- d) Estiver utilizando ou portando relógios de qualquer espécie, qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de transmissão, incluindo telefones celulares;
- e) Tenha qualquer objeto, tais como aparelho celular, aparelhos eletrônicos ou relógio de qualquer espécie, que venha a emitir qualquer som, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova;
- f) O candidato que for flagrado no prédio de aplicação de Provas ou salas, utilizando ou portando celular ou quaisquer dos objetos elencados no subitem 7.20;
- g) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;



- h) Abster-se de entregar, a qualquer tempo, os materiais da prova, necessários à avaliação;
- i) Retiver temporariamente os materiais da prova, necessários à avaliação do candidato, após o término do tempo destinado à sua realização;
- j) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou portando provas, a Folha de Respostas ou qualquer outro material de aplicação;
- k) Descumprir as instruções contidas no caderno de prova ou na Folha de Respostas;
- l) Praticar qualquer outro ato contrário aos bons costumes, à regular aplicação da fase da seleção, à ordem jurídica vigente ou aos dispositivos e condições estabelecidas neste Edital ou em qualquer outro instrumento normativo vinculado à presente seleção;
- m) Praticar qualquer ato de coação física ou moral, ou ainda agredir física ou verbalmente qualquer membro da equipe de aplicação da seleção, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais;
- n) Não devolver a Folha de Resposta ao término das provas, antes de sair da sala;
- o) Ausentar-se do recinto das Provas sem permissão;
- p) Deixar de assinar a Ata de Frequência e a Folha de Respostas;
- q) Não devolver o caderno de prova antes do tempo mínimo estabelecido neste edital;
- r) Utilizar processos ilícitos para realização da prova, o que poderá ser verificado através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico

7.22 O candidato, quando eliminado pelo descumprimento de qualquer dispositivo do presente Edital, não poderá permanecer no prédio de aplicação das provas, devendo retirar-se imediatamente do mesmo.

7.23 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

7.24 No dia de aplicação da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de fiscalização ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo.

7.25 Em consonância com a Lei Estadual n.º 15.562 de 26 de agosto de 2015, os fiscais utilizarão aparelho detector de metais em qualquer ambiente do prédio onde as provas sejam aplicadas, inclusive no acesso à sala de aplicação de provas e entrada e saída de banheiros, estando, desde já, autorizados pelos candidatos para tal prática, com o objetivo de manter a segurança e lisura do certame.

7.26 A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o INSTITUTO AVALIA e a equipe de fiscalização não se responsabilizarão por perdas ou extravios de objetos e de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.



7.27 Durante a aplicação das provas, será terminantemente proibida a utilização de óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, bandana, boné, gorro, etc.), sob pena de o candidato ser retirado da sala e, automaticamente, excluído do processo seletivo, além de ficar submetido às demais medidas cabíveis.

7.28 O candidato que desejar sair da sala de prova antes do tempo mínimo permitido, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar a Ata de Ocorrência, que será lavrada pelo responsável pela aplicação da prova, declarando sua desistência da Seleção Pública.

7.29 Caso algum problema de ordem técnica ou provocado por fenômeno da natureza acarrete atraso no início da prova objetiva em alguma das salas onde ela será realizada, haverá a prorrogação da hora de término, de forma a compensar o atraso do seu início.

7.30 Se, por qualquer razão fortuita, a Seleção sofrer atraso em seu início ou necessitar de interrupção, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.

Parágrafo Único: Os candidatos afetados deverão permanecer no local da Seleção, durante o período em que estiverem aguardando, para fins de interpretação das regras deste Edital, o tempo para realização da prova será interrompido.

7.31 Ao terminarem as Provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível a utilização dos banheiros.

Parágrafo Único: A exclusivo critério da Coordenação do local, poderá ser permitido, caso haja disponibilidade, o uso de outros banheiros do local que não estejam sendo usados para o atendimento a candidatos que ainda estejam realizando as provas.

7.32 A inviolabilidade dos envelopes das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre do malote de provas, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, três candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

8 DOS RESULTADOS

8.1 O resultado final será publicado nos endereços eletrônicos www.avalia.org.br e www.pge.pe.gov.br na data fixada no calendário Anexo II.

9 DOS RECURSOS

9.1 No caso da Prova Objetiva, admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões ou falhas de impressão que comprometam o pronto entendimento da solicitação da questão, desde que devidamente



fundamentado e instruído com material bibliográfico. Este recurso poderá ser interposto somente no prazo apresentado no calendário **Anexo II**.

Parágrafo Único: Os recursos serão protocolados apenas no link de recursos disponibilizado no endereço eletrônico www.avalia.org.br, onde estará disponível formulário específico.

9.2 O gabarito preliminar e a prova objetiva ficarão, para fins de recurso e no prazo deste, disponíveis nos endereços eletrônicos www.avalia.org.br e www.pge.pe.gov.br, conforme calendário **Anexo II**.

9.3 A Comissão Examinadora é a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão quaisquer recursos adicionais.

10 DO ESTÁGIO

10.1 O estágio será regido pelas normas e condições estabelecidas no Regulamento de estágio da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, instituído pela Resolução nº 06/2017, disponível no endereço eletrônico http://www.pge.pe.gov.br/app_themes/cej_resolucao_06_2017.pdf.

10.2 Os estagiários exercerão suas funções previstas na Resolução nº 06/2017, sob a orientação e supervisão de Procuradores do Estado, cumprindo uma jornada de 20 (vinte) horas semanais, fixadas de comum acordo com o Centro de Estudos Jurídicos e com os Procuradores Chefes e de modo a não conflitar com o horário da respectiva instituição de ensino. Caso não haja interesse do candidato no momento da convocação, este poderá solicitar seu reposicionamento para o final de lista.

10.3 Os estagiários serão remunerados mensalmente mediante a concessão de bolsa de estudos equivalente a R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), passível de reajuste por decisão do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, bem como de auxílio-transporte, em valor fixado pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

10.4 A aprovação na presente seleção não confere ao candidato selecionado o direito ao vínculo.

10.5 A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO reserva-se o direito de formalizar os Termos de Compromisso de Estágio em número e local que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

10.6 O estagiário não fará jus a outros benefícios ou indenizações que não estejam especificados no subitem 10.3, como auxílio-alimentação, auxílio-saúde, diárias e ajuda de custo, entre outros.



11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O horário de referência considerado para essa seleção será o do Recife -PE.

11.2 O candidato que não comprovar as condições declaradas na inscrição será considerado desclassificado, incluindo-se aquele que concorrer às vagas de alunos egressos do ensino médio em escolas públicas do Estado de Pernambuco.

Parágrafo Único: As vagas reservadas para alunos egressos do ensino médio em escolas públicas do Estado de Pernambuco que não forem preenchidas, não poderão ser revertidas ao quadro geral de vagas para os demais candidatos.

11.3 As informações prestadas pelos candidatos são de sua inteira responsabilidade, reservando-se a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o direito de afastar do processo o candidato que apresentar documentos e comprovantes inverídicos, falsos, ilegíveis ou incompletos.

11.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações dos atos oficiais desta Seleção Pública que serão realizadas nos endereços eletrônicos www.avaliao.org.br e www.pge.pe.gov.br não podendo sobre estas alegar desconhecimento.

11.5 Será afastado do processo o candidato que incorrer ou infringir as normas de conduta sociais vigentes para com os profissionais responsáveis pela aplicação das provas ou para com outros candidatos.

11.6 As convocações serão realizadas, pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, prioritariamente através de e-mail.

Parágrafo Único: O candidato poderá ser convocado por telefone, a critério do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco.

11.7 É de responsabilidade do candidato manter seus dados atualizados, devendo informar eventual alteração do número de seu telefone ou do seu e-mail, através do telefone (81) 3181-8522 e/ou pelo e-mail cej@pge.pe.gov.br, a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Parágrafo Único: A falta de êxito na comunicação pela não atualização dos dados de e-mail é de inteira responsabilidade do candidato, não podendo ser imputada, em qualquer hipótese, à Procuradoria Geral do Estado.

11.8 O candidato, após a convocação, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assumir a vaga disponível, sendo os 2 (dois) primeiros dias para confirmar a aceitação via e-mail ou comparecendo pessoalmente ao Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado. Não cumprindo o prazo estabelecido, perderá o direito à vaga.

Parágrafo Único: Admitir-se-á prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior, em única vez e em igual interstício, para que o candidato assumira a



vaga para a qual fora convocado, desde que requerido formalmente por escrito perante o Centro de Estudos Jurídicos.

11.9 No ato de convocação, o candidato deverá apresentar:

- a) declaração da instituição de ensino que comprove que está devidamente matriculado e cursando o período descrito no subitem 2.8, deste Edital;
- b) histórico escolar (até o último período finalizado);
- c) cédula de identidade (cópia e original);
- d) CPF (cópia e original), caso não conste na cédula de identidade;
- e) título de eleitor e comprovante(s) de votação na última eleição ou certidão emitida pela justiça eleitoral em substituição ao(s) comprovante(s), apenas para os estudantes que já completaram 18 anos (cópias e originais);
- f) comprovante de residência;
- g) certificado de reservista, para estudantes do sexo masculino que já completaram 18 anos (cópia e original);
- h) comprovante que exerceu a função de Jurado através de Certidão emitida pela Vara do Tribunal de Júri, caso tenha informado esta condição no momento de sua inscrição;
- i) caso o candidato tenha optado por uma das vagas para alunos egressos de escolas públicas do Estado de Pernambuco, apresentar o comprovante que cursou o ensino médio ou parte dele, em escolas públicas do Estado de Pernambuco.

11.10 É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando arma, mesmo que possua o respectivo porte.

11.11 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação nesta Seleção Pública, valendo para esse fim o Edital de Homologação.

11.12 Caso exista a necessidade de ausentar-se para atendimento médico ou hospitalar, o candidato não poderá retornar ao local de prova.

11.13 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

11.14 O Centro de Estudos Jurídicos da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o INSTITUTO AVALIA não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo de Seleção Pública.

11.15 O Centro de Estudos Jurídicos da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o INSTITUTO AVALIA não se responsabilizam por quaisquer despesas de locomoção, alimentação, hospedagem ou afins que se deem em virtude desta Seleção.

11.16 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) atualizados, até que se expire o prazo de convocação do Processo



de Seleção Pública, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for convocado, perder o prazo para credenciamento, caso não seja localizado.

11.17 Os casos omissos serão decididos pelo Centro de Estudos Jurídicos da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

11.18 Os candidatos poderão obter informações referentes à Seleção de Estagiários nos endereços eletrônicos www.avalia.org.br e www.pge.pe.gov.br.

11.19 Estará disponível, ainda, o Serviço de Atendimento ao candidato do INSTITUTO AVALIA, por meio do telefone (44) 3037-0600 e e-mail candidato@avalia.org.br, no horário das 10h às 17h, dias úteis.

11.20 A presente seleção pública poderá ter sua validade prorrogada por mais 01 (um) ano, a critério da Administração.

Recife/PE, 07 de outubro de 2022.

ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

Curso por regional	Vagas AC*	Vagas PcD**	Vagas EEPE***	Total por regional
DIREITO – RECIFE/ REGIÃO METROPOLITANA	CR	-	-	CR
DIREITO - REGIONAL ARCOVERDE	CR	-	-	CR
DIREITO - REGIONAL CARUARU	CR	-	-	CR
DIREITO - REGIONAL PETROLINA	CR	-	-	CR

* AC = Ampla Concorrência

** PcD = Pessoa com Deficiência

*** EEPE = Egresso de Escola Pública Estadual

**** CR = Cadastro Reserva



ANEXO II

CRONOGRAMA

ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	DATA	LOCAL
Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.	07 a 14/10/2022	www.avaliao.org.br A partir das 10h até às 23h59min do dia 07/10/2022.
Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição.	21/10/2022	www.avaliao.org.br
Período para recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.	24 a 26/10/2022	www.avaliao.org.br
Divulgação do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição pós-recurso.	28/10/2022	www.avaliao.org.br
DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	DATA	LOCAL
Período para solicitação de inscrição.	07/10 a 15/11/2022	www.avaliao.org.br A partir das 10h até às 23h59min do dia 15/11/2022 .
Período para pagamento da taxa de inscrição.	07/10 a 16/11/2022	Rede bancária ou Casas lotéricas
Período para upload de laudo médico. (Para candidatos na condição de PcD e/ou Condição especial para realização da prova objetiva)	07/10 a 16/11/2022	www.avaliao.org.br
Divulgação do deferimento das inscrições e ao atendimento especial	18/11/2022	www.avaliao.org.br
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição.	21 a 23/11/2022	www.avaliao.org.br
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso.	28/11/2022	www.avaliao.org.br
DA PROVA OBJETIVA E RESULTADO FINAL	DATA	LOCAL
Divulgação do horário e local da prova.	30/11/2022	www.avaliao.org.br
APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.	11/12/2022	Recife/PE, Arcoverde/PE, Caruaru/PE e Petrolina/PE.
Divulgação do Gabarito Preliminar e do(s) Caderno(s) de questões.	12/12/2022	www.avaliao.org.br
Período para recurso contra o Gabarito Preliminar.	13 a 15/12/2022	www.avaliao.org.br
Divulgação do edital de Pareceres dos Recursos Deferidos contra o Gabarito Preliminar e divulgação do Gabarito definitivo.	23/12/2022	www.avaliao.org.br
Divulgação do Resultado Final.	23/12/2022	www.avaliao.org.br



ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito Constitucional:

a) Teoria da Constituição:

- Conceitos, características, classificação.
- Poder Constituinte, Poder derivado e Poder Decorrente.
- Classificação e hierarquia das normas constitucionais.
- Hermenêutica constitucional.

b) Controle de constitucionalidade:

- Conceito de inconstitucionalidade, principais sistemas, classificação e efeitos da decisão.
- Controle da constitucionalidade das leis estaduais e municipais.

c) Organização do Estado:

- Federalismo: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.
- Repartição de competências administrativas e legislativas.

d) Teoria Geral dos direitos e garantias fundamentais:

- Direitos e garantias constitucionais.
- Princípios constitucionais.
- Direitos Sociais.

e) Organização dos Poderes:

- Poder Executivo: atribuições e competências: Administração Pública e seus princípios na Constituição Federal de 1988.
- Poder Legislativo: membros, atribuições, prerrogativas e imunidades; comissões parlamentares; processo legislativo; controle interno e externo dos poderes; Tribunal de Contas.
- Poder Judiciário: membros, prerrogativas, vedações, atribuições; estrutura e organização; Conselho Nacional de Justiça.

f) Funções essenciais à Justiça:

- Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública, Advocacia.

g) Ordem Econômica:

- Princípios gerais da atividade econômica.
- Intervenção do Estado no domínio econômico.

h) Meio Ambiente:

- Princípios ambientais.

Direito Administrativo:

a) Regime Jurídico Administrativo dos Servidores Públicos Civis.

b) Lei nº 6.123/68 e atualizações (Estatuto dos funcionários públicos do estado de Pernambuco).

c) LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Redação dada pela lei nº 12.376, de 2010).

d) Atos Administrativos.

e) Poderes da Administração

f) Serviço Público.

g) Desapropriação.

h) Licitação.

i) Contratos Administrativos.

j) Servidores Públicos.

k) Responsabilidade Civil do Estado.

l) Processo Administrativo Disciplinar.

Direito Financeiro:

a) A Atividade Financeira do Estado

b) Normas gerais de Direito Financeiro

c) A Despesa Pública

d) A Receita Pública

e) O Orçamento Público

f) Leis orçamentárias: plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

g) Tramitação legislativa do orçamento



- h) Execução, controle e fiscalização orçamentários
- i) O Crédito Público

Direito Tributário:

- a) Sistema Tributário Nacional: Competência, Princípios Constitucionais Tributários, Imunidade Tributária.
- b) Legislação Tributária: Vigência e Aplicação.
- c) Obrigação Tributária: Fato gerador, Sujeito ativo, Sujeito passivo, Responsabilidade tributária.
- d) Lançamento Tributário: conteúdo, princípios, tipos, modalidades de modificação.
- e) Crédito Tributário: suspensão, extinção e exclusão.
- f) Garantia do Crédito Tributário
- g) Administração Tributária.

Direito Civil e Direito Empresarial:

- a) Das Pessoas.
- b) Dos Bens.
- c) Do Direito de Empresa: Do Empresário, Da Sociedade (especialmente Da Sociedade Limitada e Da Sociedade Anônima); Do Estabelecimento; Trespasse; Do Registro; Do Nome Empresarial; Dos Prepostos; Da Escrituração.
- d) Do Direito das Coisas: Da Posse; Dos Direitos Reais; Da Propriedade; Do Direito do Promitente Comprador; Do Penhor e Da Hipoteca.

Direito Processual Civil:

(De acordo com o novo Código de Processo Civil, instituído pela lei nº 13.105, de 16 de março de 2015)

- a) Jurisdição e Ação.
- b) Sujeitos do processo
- c) Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.
- d) Atos Processuais.
- e) Nulidades.
- f) Prazos processuais.
- g) Procedimento Comum.
- h) Formação, Suspensão e Extinção do Processo.
- i) Sentença.
- j) Execução Fiscal (Lei 6.830/80).
- k) Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho:

- a) Contrato individual de trabalho: conceitos, requisitos, classificação e alteração.
- b) Direitos do Trabalhador na Constituição Federal.
- c) Salário. Remuneração. Salário-mínimo.
- d) Estabilidade. Indenização.
- e) Reintegração e readmissão.
- f) Férias e 13º salário.
- g) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Opção retroativa. Mudança de regime.
- h) Extinção do Contrato de Trabalho.
- i) Rescisão.
- j) Prescrição.
- k) Regime dos empregados públicos.
- l) Terceirização. Contrato de prestação de serviços. Responsabilidade Trabalhista.
- m) Organização da Justiça do Trabalho. Competência.
- n) Processo trabalhista: reclamação trabalhista; litisconsórcio, assistência, intervenção de terceiros, recursos, prazos processuais, execução contra a Fazenda Pública, precatórios.



ANEXO IV

INFORMAÇÕES GERAIS

O candidato deverá enviar o laudo para o INSTITUTO AVALIA, na forma prevista especificada neste Edital. O laudo médico deverá estar em conformidade com as exigências do Edital:

- a) Ter data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital;
- b) Conter o nome e a assinatura do médico, carimbo e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina;
- c) Descrever a espécie e o grau ou nível da deficiência, bem como a provável causa dessa deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10).

MODELO DE LAUDO MÉDICO

O(a) candidato(a) _____
Documento de Identificação (RG) _____, CPF nº _____, foi
submetido (a), nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de DEFICIÊNCIA

a) DEFICIÊNCIA FÍSICA ():

- Paraplegia Triplegia Paraparesia Triparesia Paralisia Cerebral
- Monoplegia Hemiplegia Monoparesia Hemiparesia Tetraplegia
- Tetraparesia Amputação ou Ausência de Membro

b) DEFICIÊNCIA AUDITIVA ():

- Surdez moderada: apresenta perda auditiva de 41 (quarenta e um) a 55 (cinquenta e cinco) decibéis;
- Surdez acentuada: apresenta perda auditiva de 56 (cinquenta e seis) a 70 (setenta) decibéis;
- Surdez severa: apresenta perda auditiva de 71 (setenta e um) a 90 (noventa) decibéis;
- Surdez profunda: apresenta perda auditiva acima de 90 (noventa) decibéis.

c) DEFICIÊNCIA VISUAL ():

- Cegueira: quando não há percepção de luz ou quando a acuidade visual central é inferior a 20/400P (0,05WHO), ou ainda quando o campo visual é igual ou inferior a 10 graus, após a melhor correção, quando possível;
- Visão subnormal: quando a acuidade visual é igual ou inferior a 20/70P (0,3 WHO), após a melhor correção.
- Visão monocular.

d) DEFICIÊNCIA MENTAL ():

A deficiência mental caracteriza-se por apresentar o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação anterior à idade de 18 anos aliado a limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade no que tange a: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, ou independência na locomoção, saúde, segurança, escola e lazer.

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10) DA PATOLOGIA: _____

Idade do diagnóstico da deficiência: _____ Idade Atual: _____

Grau ou nível da deficiência: _____

Histórico da patologia: _____

Data da emissão deste Laudo: _____

Assinatura do Médico / Especialidade / CRM / Carimbo